

A Instrução de Sapadores na Cavalaria

Pelo 1.º Ten. NEY NEVES DA SILVA

O presente trabalho foi organizado para a instrução dos sapadores, no Regimento Andrade Neves, em 1937.

Unidade Escola, dispondo de todos recursos materiais, torna-se fácil alcançar os objetivos previstos, salvo quanto àqueles dependentes de recursos naturais. Outras Unidades, ao contrário, privilegiadas com meios locais, poderão desenvolver mais, a parte referente à Transposição de Cursos d'Água.

A publicação do presente trabalho, adaptado às exigências do novo R. I. Q. T., tem em vista proporcionar aos colegas, indicações para confecção de programa de sapadores, adaptando-o aos meios disponíveis em cada Corpo.

PROGRAMA DA INSTRUÇÃO DE SAPADORES

I — OBJETIVO

— Formar executantes perfeitos em todos os trabalhos de organização de campo de batalha — ofensivo e defensivo — bem como naqueles que auxiliam as tropas tanto na progressão como no retraimento.

— Formar especialistas capazes de desempenharem as funções de chefes de turmas nos trabalhos acima referidos.

— Formar especialistas nos trabalhos tendentes a melhorar as condições de estacionamento.

II — ORIENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO

A instrução será encarada sob o ponto de vista prático, isto é, na execução dos processos de trabalho acima referidos.

III — DIVISÃO DA INSTRUÇÃO

A instrução de sapadores compreende dois períodos:

O 1.º Período — de formação de sapadores — abrange duas fases: A 1.ª Fase — com início no 3.º mês de instrução, conta só um mês, é denominada — **fase dos candidatos**. A 2.ª Fase — **fase da instrução especializada** — tem a duração de três meses.

O 2.º Período, consta de dois meses, é o **período de aperfeiçoamento**. Os exercícios de aplicação, serão feitos nos exercícios de conjunto dos 3.ºs e 4.ºs períodos, no âmbito das sub-unidades.

IV — OBJETIVOS PARCIAIS

O 1.º Período de quatro meses, findo os quais os sapadores devem ter conhecimentos básicos e estarem em condições de executarem os trabalhos do campo de batalha, de travessia dos cursos d'água e os de destruição, bem como os necessários aos estacionamentos.

O 2.º Período reserva-se para o aperfeiçoamento e desenvolvimento dos conhecimentos adquiridos no período anterior.

V — AMPLITUDE

A instrução de sapadores compreende três assuntos distintos:

- A — Trabalho em campanha
- B — Minas e destruições
- C — Transposições dos cursos d'água.

* * *

A — TRABALHO EM CAMPANHA:

- I — Trabalho com sapa
- II — Obstáculos
- III — Trabalhos complementares.

I — Trabalho com sapa:**1 — Apresentação da ferramenta:**

- a) Portátil:
- b) Parque:

De terraplenagem: Pá — picareta — picão.

De destruição: Machadinha — alicate — facão — serra — serrote.

De terraplenagem: Pá de bico — pá de cortar — pá quadrada — picareta — enxada.

De destruição: Machado — foice — serra de torar tesoura de cortar.

2 — Manêjo e emprêgo da ferramenta.**3 — Processos dos trabalhos:**

- a) A preparação dos trabalhos.
- b) Execução dos trabalhos em linha.
- c) Execução dos trabalhos em sapa.
- d) Divisão dos trabalhos em tarefas individuais e coletivas.
- e) Divisão dos trabalhos em turmas.

4 — Trincheiras e sapa:

- a) Construção do abrigo individual.
 - Transformação do abrigo individual em linha contínua.
- b) Trincheiras:
 - Definições.
 - Perfil.
 - Traçado e seteiras.
 - Estaqueamentos.
 - Trabalho para a construção (em linha)
(em sapa)
 - Organização das turmas e tarefas para êsses trabalhos.

- Construção com o modo de proceder a escavação.
- Adaptação da trincheira ao tiro de qualquer arma.
- c) Espaldões:
 - Para F. M. — Mtrs. Petrechos.
- d) Comunicações enterradas.
 - Definições, perfis, traçado, organização defensiva.
 - Trabalhos para a construção (em linha — em sapa).
- e) Abrigos para armamentos, material e munições (definições).
- f) Abrigos para P. C., P. O. e P. S. (Noções gerais).
- g) Abrigos tendo em vista a habitabilidade, isto é, de prevenção contra os gases (Noções gerais).

II — Obstáculos:

- 1 — Naturais (Conhecimentos gerais).
- 2 — Artificiais:
 - a) Redes de arame:
 - Processos de trabalho.
 - Rede normal e rede baixa.
 - Redes extensíveis (Brum e Ribard).
 - Cavalos de frisas.
 - Ouriços.
 - b) Abatises.
 - c) Barricadas e paliçadas.

III — Trabalhos complementares:

- 1 — Nas trincheiras e abrigos:
 - a) Faxinas.
 - b) Revestimentos e disfarces.
 - c) Latrinas.
- 2 — Nas pistas, caminhos e estradas:
 - a) Reparação e conservação.
 - b) Entulhamento.

- c) Abertura de picada.
- 3 — Nos acampamentos e bivaques:
 - a) Faxinas.
 - b) Disfarces.
 - c) Latrinas e fossas higiênicas, drenagem de água, bedouros, etc.

B — MINAS E DESTRUIÇÕES:

I — Explosivos:

Características:

- 1 — Apresentação.
- 2 — Nomenclatura.
- 3 — Inflamação ou detonação.
- 4 — Conservação e armazenamento.
- 5 — Recipientes.
- 6 — Transporte.
- 7 — Emprêgo.
- 8 — Processos.

Pólvora negra.

Melinite.

Chedite.

Dinamite.

Fulminato de mercúrio.

II — Artíficos pirotécnicos:

- 1 — Combustão lenta:
 - a) Estopim comum: — Apresentação.
— Características enunciadas acima.
 - b) Lança fogos (Bickfor — Mecha de fuzil — Morão — Acendedores).
- 2 — Combustão rápida:
 - a) Espoleta comum: — Apresentação.
— Características enunciadas acima.
 - b) Cordel detonante: — Apresentação.
— Características enunciadas acima.

III — Material elétrico:

- 1 — Espoleta elétrica:
 - a) Apresentação.
 - b) Acondicionamento.
 - c) Emprêgo.
 - d) Verificação e inflamação.
- 2 — Detonador eletro-magnético: Noções simples e gerais.
- 2 — Condutores elétricos:
 - a) Condutores simples.
 - Manêjo.
 - Verificação.
 - Emendas e ramificações.

IV — União dos artificios pirotécnicos de lançamento do fogo:

- 1 — Da espoleta comum ao estopim.
- 2 — Da espoleta comum ao cordel detonante.
- 3 — Do cordel detonante ao estopim comum por meio da espoleta comum ou o escorvamento do cordel detonante.

V — Emendas do cordel detonante.

- a) Ferramenta usada (alicate de estriar e faca).
- b) Por meio de torçais (francês e espanhol).
- c) Por meio de um petardo.
- d) Por meio de um par de petardos.

VI — Ramificações do cordel detonante:

- a) Simples por meio de torçais ou petardos.
- b) Múltiplos por meio de um petardo ou cartuchos.
- c) Ferramenta usada.

VII — Trabalho em minas:

- a) Nomenclatura da ferramenta para a escavação de terra, rocha e alvenaria.

- b) Instrumentos e madeiras empregadas nas minas.
- c) Ferramenta e engenhos para o transporte dos materiais para enchimento e carregamento das minas.
- d) Aparelhos de perfuração e ferramenta de brocar.

VIII — Minas:

- a) Câmara-Definição — Fornilhos.
- b) Carga-Definição.
- c) Poços — Galerias — Ramais (Noções gerais).

IX — Fornilhos:

- 1 — Dados gerais sobre a carga:
 - a) Fornilhos simples ou comum.
 - b) Fornilhos à carga de melinite.
- 2 — Preparação de um fornildo:
 - a) Estabelecimento da câmara.
 - b) Carregamento do fornildo — Precauções.
 - c) Escorvamento do fornildo — Adaptar o cordel detonante ao fornildo (caso duma carga de pólvora ou de melinite).
Dispôr o cordel detonante nas comunicações (caso de um só fornildo ou de vários).
 - d) Colocação do artifício de transmissão de fogo (caso duma carga de melinite ou de pólvora).
 - e) Enchimento do fornildo — Ferramentas necessárias — Materiais necessários (terra, tijolos, tapumes).
 - f) Lançamento de fogo no fornildo: — Pessoal.
 - Processos pirotécnicos.
 - Processos elétricos.
 - Precauções a tomar.

X — Rupturas e destruições:

- 1 — Cargas:
 - a) Interiores.
 - b) Superficiais: — Concentradas.
 - Alongadas (para derribamento de obstáculos, destruição de defesas acessórias e rupturas de peças metálicas).

2 — Emprêgo da pólvora:

- a) Brecha em muro servindo de cêrca.
- b) Demolição de um muro espêso.
- c) Demolição das construções de alvenaria.
- d) Interrupção das plataformas de estradas e vias-fêrreas.
- e) Destruição de pontes.

3 — Emprêgo da melinite:

- a) Demolição de muro.
- b) Demolição das construções de alvenaria.
- c) Interrupção das plataformas de vias-fêrreas e estradas.
- d) Ruptura de uma placa ou cabo metálico.
- e) Destruição de uma rede de arame.
- f) Destruição de uma ponte.
- g) Ruptura simples de um trilho.
- h) Binário de cavalaria.
- i) Ruptura de peças de madeira (árvores) por cargas superficiais ou interiores.
- j) Rupturas de madeiras debaixo d'água.
- l) Demolição de uma rede de arame.
- m) Destruição de material bélico.

4 — Emprêgo da dinamite e da chedite. (Noções gerais, emprêgo nos casos referidos acima).

C — TRANSPOSIÇÕES DOS CURSOS D'ÁGUA:

I — Pontilhões e pinguelas:

1 — Definições.

2 — Cordame.

3 — Nós e ligações:

- a) Noções elementares (alça, anel, nó simples, nó simples alceado, nó duplo, nó alemão, nó para suster um homem e coroa de corda).
- b) Nós de junção ou emendas (nó direito, laçada, nó de tecelão, nó de pescador, emendas por um nó simples, costuras).

- c) Nós de amarrar ou amarração (nó corrediço simples, nó de cotovia, nó corrediço em duplo cote, nó de barqueiro, amarração em pé-de-galinha, nó de âncora, nó de cabrestante, nó de azelha, malha fixa, malha de correr, nó dobrado fino, nó de galera, amarração de uma alavanca a uma corda, nó de talha).
- d) Encurtamento dos cabos (por um arrôcho, com um nó cheio sôbre três pernas, com duplo anel passando pelos nós, com um nó de galera).
- e) Ligações com cordame (de duas vigotas conjugadas, de uma vigota isolada, de duas vigotas superpostas).
- 4 — Operações comuns a diversas pontes de circunstâncias.
- 5 — Construções de pontilhões de vigotas simples.
- 6 — Construções de pinguelas simples.
- 7 — Construções de passadeiras simples (com estacas leves, com tábuas sôbre sacos, visando principalmente o saco Habert e os sacos de distribuição).

II — Balsas diversas:

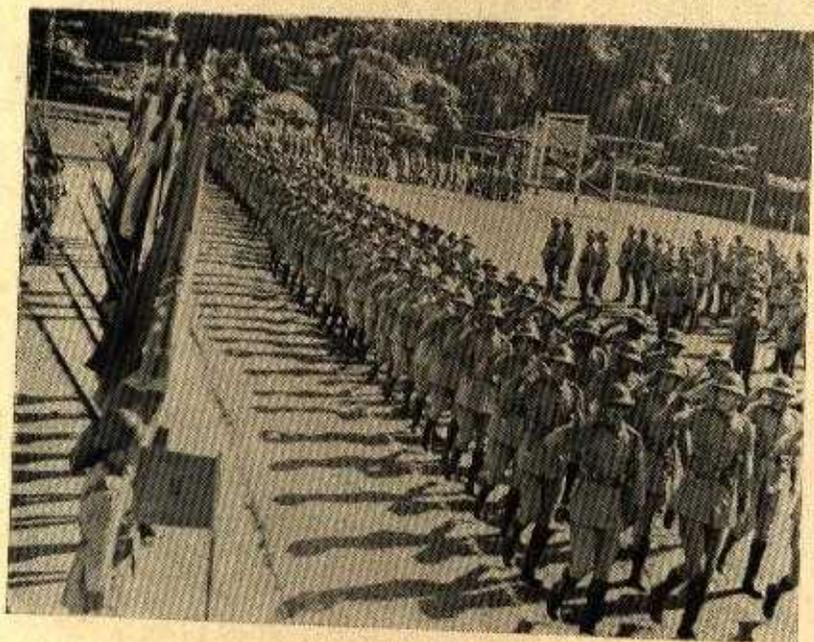
- 1 — De tronco e de tonéis.
- 2 — De sacos de distribuição.
Corpos flutuantes.
- 3 — De sacos Habert.

III — Processos de travessia:

- 1 — Com toras de madeira.
- 2 — A remo das balsas.
- 3 — Pontes volantes.
- 4 — Transportador com roldana.
- 5 — Transportador com cabo guia.
- 6 — Vaivem.



Compromisso dos recrutas das unidades de Artilharia de Costa,
no Forte de Duque de Caxias



Compromisso dos recrutas das unidades de Artilharia de Costa
no Forte Duque de Caxias

o italiano: "As águas tranquilas quebram as pontes". Por aí se vê que os provérbios, em geral, se revestem de uma fisionomia diferente de um país para outro, de acôrdo com os caracteres de cada povo "que habita realidades radicalmente distintas e irreductíveis": três ditados, três raças, três destinos diferentes mas todos exprimindo bem o pensamento que o autor teve em mente.

Assim meditando, isto é, a propósito das mil e uma explicações que venho repisando acerca do que se deve entender por "**programa único**" ocorreu-me também a lembrança do velho rifão popular muitíssimo conhecido e usado entre nós e que bem se coaduna com os desígnios do nosso caso: "**O peor cego é aquele que não quer ver**". Pois não é rematada cegueira? não querer ver este mal e sua causa: um exército tem cavalaria; esta cavalaria tem regulamento; todos os coroneis de todos os R. C. fazem cada um o seu programa; todos esses programas têm muito poucos ares de parentesco entre si e todos os comandantes de R. C. juram que fizeram seu programa baseado no regulamento.

Para redação de ordens, informações, partes militares, existe a respeito da necessária clareza e precisão um preceito protractamente sintético, vazado neste brocardo militar: "Quando uma ordem, informação ou parte, pela sua redação, pode ser mal entendida — ela é mal entendida".

Os principios a que devem obedecer os programas de instrução dos R. C. encontram-se numa ordem, a qual está dada pelo regulamento. Esta ordem não está clara, não está precisa, está "antes emaranhada, que praticamente coordenada", dá lugar, por isso, a que cada comandante de R. C. a entenda a seu modo ou que a entenda mal: ela é entendida de vários modos, ela é muitas vezes mal entendida. Remédio específico: vazemos a ordem no molde inflexível, infismavel, impossivel de ser mal entendido: o programa único. O programa único é só isso. E é tudo isso.

II — Com objetivo, de "construir no campo da instrução da Cavalaria, obra sólida e perfeita, esclarecendo todos os pontos interessantes do magno problema da organização da

instrução", A DEFESA NACIONAL vem publicando desde Dezembro p.p., comentários ao meu citado livro. Aí focalizei a necessidade da adoção (pelo E. M. E.) de um **programa único, geral ou básico** (de período) para tôdas as unidades da mesma arma, fornecendo por essa forma modesto subsídio às possíveis comissões "de real valor e reconhecida capacidade".

Os pontos analisados cingiram-se ao meu modo de pensar (pág. 11, II), e às indicações complementares do autor (pág. 12-IV), isto é, no que toca as idéias pessoais que submeti à bondosa atenção dos leitores e que continuo a manter do mesmo modo, amparado na observação, na meditação, na aplicação prática. E até, ante as manifestações surgidas, cada vez mais me tenho convencido da solidez das minhas referidas idéias e da necessidade de sua maior divulgação, a-fim de serem direta e cabalmente confrontadas. Por essa forma, haverá melhor espírito de colaboração e de unidade de opinião, acerca das idéias mestras do importante problema da instrução da arma, não apenas nas preleções livrescas e catedráticas, mas na dura labuta da realidade dos regimentos onde "só aqueles que de fato instruíram e viram instruir, percebem em tôda a intensidade".

III — Em vista do exposto não tencionava mais voltar ao assunto, mas importando que os adeptos dêsse programa não fiquem embalancados por idéias baseadas em hipóteses outras, decidi retomar a questão a-fim de mostrar, mais uma vez, a verdadeira natureza dos nossos propósitos em tôrno dêsse palpitante assunto do **programa único**.

Não sei se minha exposição obedecerá, ou por outra, se meus argumentos obedecerão ao "método" e à "orientação ordenada e lógica" de cada um dos leitores desta revista. Trata-se, como se vê, de assunto delicado, que fica exclusivamente ao critério de cada qual, baseado no conhecimento profundo da matéria, na prática e na experiência.

Orientarei, pois, o meu trabalho, como de costume, segundo o meu modo de ver, isto é, o meu ponto de vista, o "meu" método enfim.

IV — Antes de mais nada, folgo em assinalar que nos achamos de parabens, os adeptos do programa único, com a iminente adesão voluntária de mais partidários, pois as conclusões da argumentação oposta à adoção do programa único coincidem, em suas linhas gerais, com as que sempre esposamos nesse particular.

A saber:

1.º — O programa único é “flexível”, “adaptável”, sob medida, às condições de um dado momento de cada unidade; sua execução é “variável”; tudo dependendo, é claro, dos recursos e possibilidades de cada corpo nesse particular;

2.º — por isso mesmo o **programa único** respeita o que “sàbiamente apregoa o R. I. Q. T.”: não se trata de estabelecer “modelo rígido”, pois sua execução “nem sempre pode ser exatamente igual em guarnições diferentes e até mesmo em corpos da mesma guarnição”, nem ainda num mesmo corpo de um ano para outro;

3.º — “o chefe tem o dever de **conceber** e **elaborar** o seu programa de instrução”, mas este **chefe** ou superior é em cada arma a DIRETORIA DA ARMA (órgão técnico, “que regula as questões atinentes à organização, mobilização e instrução da arma”, com objetivo de “coordenar” e “uniformizar” essa instrução) e cujos atos são submetidos à aprovação prévia do E. M. E.. Portanto o **chefe** é um só, a dar ordens para tôdas as unidades da mesma arma.

Os comandantes de corpos são neste caso, simples executantes dessa ordem (**programa único**). Eis como e porque o número de programas a **conceber** e **elaborar** ficará reduzido a um único, para todos os corpos da mesma arma e por conseguinte não pode haver número de programas igual ao número de chefes (Cmt. de corpos); a **execução** sim, é que apresentará variedades, em número que ficará dependendo do número existente dêsses Cmts.. Esta é que será a justa aplicação das frases:

“A manobra da instrução deve ser flexível”. “Deve prever longe e ser comandada perto”.

Esse é que é o campo em que o chefe pode licitamente imprimir a "marca de sua personalidade", a sua iniciativa, o seu raciocínio e meditação. Pensar e proceder de outro modo é que é "cometer erro grave, ferir a doutrina basilar da nossa instituição, arranhar a disciplina".

Vasto é esse campo, difícil de senhorear, para o que importa fundamentalmente que cada chefe subordinado se compenetre do plano de ação, comum a todos, ditado pelo escalão superior, apreenda as concepções e procure a solução compatível com as suas próprias circunstâncias.

4.º — Em síntese:

a) o **programa único**:

— pode e deve ser **flexível**;

— não importa em **modelo rígido**;

— é organizado por um **único chefe** (Diretoria da Arma), com aprovação do E. M. E., entidades máximas no assunto;

b) em consequência dos dois primeiros itens e por não serem uniformes as condições de todos os corpos de tropa, mais ou menos distanciados daquelas condições ideais de perfeição que imaginaram os regulamentos e o **programa único** neles assentado:

— a execução pela tropa variará, cada unidade só cumprindo o que lhe for possível.

V — Dito isto, passemos ao rodeio gramatical em torno ao qualificativo "**único**" que, a nosso vêr, é o que melhor define o programa: de fato, deve ser "só um no gênero" e "exclusivo", porque não deve existir outro; "excepcional", "superior a todos os demais", "sem competidor", porque deve emanar da Diretoria da Arma (órgão técnico); aprovado pelo E. M. E., não devendo portanto ser discutido nem tão pouco alterado, e proporcionando a enorme vantagem de poupar aos Cmts. de corpos desperdício de suas capacidades em conceber e elaborar o "seu" programa.

Mesmo que "**único**" não tivesse a significação que acabamos de expender (encontradiça nos dicionários) e significasse:

- o que não é flexível
- o que não é variável
- o que obedece a "modelo rígido"
- o que é de igual execução para todos, etc. etc.,

nem por isso "o caso mudaria de aspecto", pois é questão elementar de gramática que o "sentido" de uma palavra não deve ser tomado isoladamente, deve-se sobretudo levar em consideração a "idéia", que se teve ao empregá-la, e essa **idéia**, esse **sentido**, ficaram cabalmente expostos no meu livro, como também nos artigos que publiquei nesta revista e que ao mesmo se filiam. É questão também elementar de interpretação de textos regulamentares, de leis, de ordens, etc., a necessidade de analisar a "letra" e o "espírito" dos referidos textos: "a letra mata e o espírito vivifica".

Portanto, não há impropriedade na designação de **único** para definir o nosso programa, por qualquer prisma que se encare, a-pesar de sempre termos citado para escolha as palavras: **único**, **geral** ou **básico**.

Ademais, programa de instrução lembra espontaneamente qualquer programa de ensino. E em qualquer ensino oficial o programa é um só, único, para cada curso em todo o país e as diferentes escolas (regimentos?), fiscalizadas pelo governo, são obrigadas a seguir esse programa, quer estejam situadas no Amazonas, quer no R. G. do Sul, Capital Federal ou Mato Grosso. Ora, se applicássemos a idéia dos opositoristas ao programa único, seria necessário que cada diretor de escola organizasse o seu programa de ensino; e como temos milhares de escolas, teríamos milhares de programas, todos diferentes uns dos outros, pois cada qual tem idéias próprias a respeito do ensino no Brasil...

Mas, felizmente, o "**bom senso**" evitou esse descabro e a-pesar das escolas não possuírem os mesmos recursos e possibilidades para execução desse programa, procuram entretanto ministrar o ensino no máximo possível: os resultados variam porque vários são os meios, mas o ideal, o objetivo buscado é comum a todos.

É inteiramente análogo o que se passa com os corpos de tropa: não se pode na concepção e elaboração do programa perder de vista os objetivos da instrução, os fatores fixos, os instruendos (homens, cavalos e unidades), para só nos agarrarmos aos fatores variáveis, levando em conta particularidades passageiras ou momentâneas de cada corpo.

De fato, êsses fatores variáveis que também são conhecidos e peculiares a cada corpo, é que impõem que o programa, a-pesar de ser um só para todos, único no gênero, seja flexível, variável, adaptável a cada unidade, que o cumprirá segundo suas possibilidades e recursos.

Na organização do programa leva-se em conta que os corpos de cavalaria, como os de qualquer outra arma do Exército, devem possuir os recursos mínimos necessários e bastantes, ao fim a que se destinam.

Não pode ser por outra forma, pois só assim se deve conceber uma unidade que realmente se prepara para a guerra.

VI — Já é tempo de acabarmos com a confusão reinante nesta questão de programas de instrução: todo aquele que quiser entrar no debate em causa "para refulgir a verdade", "ao orientar a investigação metódicamente", deve começar por esclarecer-se a si próprio se vai tratar da **concepção e elaboração** do programa ou se pretende abordar a questão da sua **execução**. Uma coisa é diversa da outra.

Vem aqui a pêlo uma reflexão. Ao em vez de irmos buscar as "influências, as mais variáveis": "cósmicas, históricas, sociais, econômicas, políticas, étnicas, psíquicas, religiosas" que "atuam" na organização de um programa, seria muito mais adequado, objetivo e prático o paralelo da elaboração desse programa com a "ciência do possível" — a ciência militar — a tática que engloba todas as demais. E veríamos, então, a semelhança da resolução de uma situação tática com a do estabelecimento de um programa de instrução!

Ambos podem ser estudados sob o mesmo ponto de vista — método de raciocínio — que conduzirá a uma mesma "de-

cisão", a mesma idéia da manobra ou intenção e a mesma ordem ou ordens em consequência. A questão é apenas de adaptação.

Assim como na solução de dado problema tático, estudamos os elementos da "**decisão**", **missão**, **inimigo**, **terreno**, **meios** e possibilidades de execução, aí incluindo a situação das tropas, as circunstâncias de tempo, espaço, atmosfera, etc., da mesma forma na organização de um programa de instrução e particularmente na do **programa único**, **geral** ou **básico** também levaremos em consideração semelhantes elementos. Teremos então no nosso paralelo:

Missão — Atingir o objetivo final da instrução — Preparar a tropa para a guerra, isto é, na cavalaria, criar e desenvolver no máximo as qualidades de movimento e fogo, bem assim a ótima combinação de ambos, o que nada mais é do que — tornar **mobilizáveis**, homens, cavalos e unidades.

Inimigo — A ignorância dos instruendos (homens, cavalos e unidades).

Terreno — Os fatores fixos, que não podem ser alterados, tais como abundância e complexidade da matéria a ensinar; prazo curto de que se dispõe para o ensino; heterogeneidade dos instruendos; lentidão forçada do ensino de certas matérias, fraqueza do efetivo de paz; condicionam a tarefa da instrução, isto é, o ambiente em que a instrução deve ser ministrada.

Meios e possibilidades de execução: Os regulamentos em vigor, bem como os fatores variáveis que com boa vontade, iniciativa e recursos pecuniários do Regimento, são removidos ou atenuados pelos Cmts., tais como: deficiência de instrutores (e monitores); deficiência de meios materiais para a instrução; ocasiões de mau tempo; condicionam a execução da instrução.

Mas dirão muitos: as situações táticas não admitem "esquemas", nem soluções "preconcebidas"; os "mementos" são feitos unicamente para orientar, auxiliar a memória e não "para favorecer a falta de iniciativa ou a preguiça intellectual". Mas aí é que está o "pivot" da questão. De

fato, cada tema, isto é, cada situação tática comporta outra missão, outro inimigo, outro terreno, outros meios, e por conseguinte "decisões" e "ordens" diferentes.

O nosso caso, porém, da instrução é diverso, o problema torna-se muito mais fácil: a "**situação**" é sempre a mesma todos os anos, e em consequência — a **missão** não varia; o **inimigo** é o mesmo, está sempre na defensiva e o valor de suas posições é conhecido; o **terreno** da ação é sempre o mesmo (regulamentar, tipo intendência); só os **meios** são variáveis para cada corpo, por essa razão se admite que a "ordem de operações" (**programa único**) seja cumprida de acôrdo com os recursos e possibilidades de cada corpo, isto é, seja flexível, a critério dos Cmts. de corpos.

As "ordens de operações" que são elaboradas pelos E. M. muitas vezes não são **executadas** como fôra previsto: os "**imponderáveis**" da guerra a isso se opõem, modificando o desenvolvimento das operações, sem que tal fosse previsto pelos organizadores da ordem.

Diante das dificuldades encontradas para **execução** das ordens (**programa único**) é que surge a figura do chefe, cuja apologia se acha, por exemplo, tão bem escrita pelo General GAMELIN, ex-chefe da Missão Militar Francesa no nosso Exército.

Assim é que diante do seu caso concreto o chefe do Regimento tem que expandir a sua personalidade, não em pararear competência mediante concepção e elaboração de plano de ação, que deve emanar do escalão superior, o qual se encarrega de assegurar a convergência dos esforços, a unidade de ação, entre todos os Regimentos; tem que demonstrar essencialmente a sua plasticidade para imprimir o melhor do seu "**eu**" dentro do molde comum a todos os chefes de Regimento, molde concebido, elaborado pelo chefe de todos êsses chefes — a Diretoria de Arma.

Não interessa ao Exército, mais precisamente é de todo contrário ao superior interêsse do Exército, que êste ou aquele chefe de Regimento verse em "resmas de papel" a sua irremediável competência, concebendo e elaborando planos que

são da alçada do escalão superior; tal qual não interessa que o Tenente seja "Doutor" em estratégia, mas somente estime no papel o cavalo, o soldado, o terreno: o que interessa é que um e outro **executem** de fato, uniformemente dentro do mesmo Exército e particularmente dentro de cada arma a tarefa que os regulamentos prescrevem para cada posto e função.

VII — Repitamos, ainda, em matéria de programa de instrução, o que compete ao chefe de Regimento não é **concepção e elaboração**, é **execução**.

E a **execução** é cousa completamente diversa de **concepção e elaboração**, é outro problema e não depende deste ou daquele programa: léve ou pesado, simples ou complexo, em folhetos ou em tratados ou compêndios, em um tipo **único** para todas as unidades, ou em inúmeros organizados ao critério e interpretação de cada qual, como se cada R. C. fosse de exército diferente.

A-final pensarão os nossos leitores, com razão, que estamos chovendo no molhado, pois como é sabido na nossa Cavalaria não existe desvirtuamento nem confusão.

Nenhum Cmt. Divisão ou Região pensa que tem cumprido o seu dever em reclamar de seus escalões subordinados, a tempo e a hora, os programas; e nenhum Cmt. Regimento pensa que tem **executado** a instrução que é de seu dever e responsabilidade, pelo simples fato de haver **concebido e elaborado** o "seu" programa, pontualmente publicado e encaminhado à autoridade superior.

Na verdade, uns e outros estão convencidos e disso dão a demonstração prática, de que para **execução**, realidade da instrução, os dados com que tem de haver-se são, dum lado o ideal regulamentar esparso nos respectivos textos ou convenientemente concatenado e apresentado sob fôrma de ordem geral de operações num **programa único, geral ou básico**, e do outro lado os recursos disponíveis para dar desempenho a essa ordem. Diante dessas contingências locais, do momento, para empreender o cumprimento da ordem superior, o desempenho da missão recebida, é que entra em cena o entusiasmo

sadio por parte dos executantes, sua honestidade profissional, que impelem a cada qual, na respetiva esfera de ação, a cumprir escrupulosamente os seus deveres, sem indagar se o chefe exige, vê e enxerga. Sem isso os programas, quaisquer que eles sejam, "não possuem valor próprio, são como um obstáculo não batido pelo fogo, não têm a propriedade por si só de dar vida a uma instrução"; "não fazem o milagre de levar esquadrões à gloria nos exames e nas verificações": a **execução** é que exige "o sopro vivificador do Cel. ou do Cap." e principalmente do tenente, em todos esses documentos que "podem ser comparados à obra terminada, mas que não falam, não têm vida, necessitam a vontade do chefe, a direção segura, a impulsão firme..."

Na **execução** do programa é que se exige "adaptação inteligente dos flexíveis preceitos regulamentares" vasados no programa único, tendo em vista "as situações mais variadas" em que se encontram as unidades, ondè "o Cmt., diretor da instrução, Cap. ou Cel. tudo, o documento não é **nada**..."

E' a **execução** enfim que obriga, impõe, que se "**salte fóra**" do programa único, geral ou básico, ou como querem muitos, do "documento-padrão", do "documento-receita", do "documento-esquema", do "programa tipo", etc., todas as vezes que, lá ao longe, muito ao longe mesmo, não se encontra o Regimento perfeito, "completo, com o seu armamento, com o seu pessoal pronto, com a sua cavahada sempre luzidia".

Esse documento leal, amigo (programa único) "em que se deposita grande parte das esperanças de sucessos e glórias" no resultado da melhor uniformidade na instrução dos R. C., esse programa repito, nos "inspira uma solução": a de procurar executá-lo no gráo máximo compatível com os recursos disponíveis, existentes ou improvisados e conseguidos.

Mas — terrível e inludível mas — se não fôr preexistente-aquele **nada**, o programa, o plano de ação, todo esforço será pouco menor do que baldado. Ninguém ignora que não pode esperar eficiência do seu trabalho, quem trabalha sem

plano, no caso este portentoso **nada**, o programa único, geral ou básico.

Quando encontrarmos espaço disponível voltaremos para, em continuação, abordarmos o Plano Geral da organização da instrução sob a forma de uma situação tática.



Algumas conclusões sobre o emprego dos carros

- 1 — a possibilidade de emprego dos carros está subordinada à natureza do obstáculo que se apresenta, obstáculo que é necessário descobrir e, depois, atravessar ou destruir;
- 2 — o problema de uma ofensiva, tendo por base o emprego dos carros em massa, é caracterizada pelos seguintes pontos:
 - procura obrigatória do terreno livre;
 - manobra previamente orientada sobre os nós orográficos, segundo os divisores de águas;
- 3 — no que respeita ao desenvolvimento tático de um ataque de ruptura, a concepção da manobra, caracterizada por lances sucessivos, não sofreu alteração.
- 4 — é somente depois da ruptura do dispositivo inimigo que uma ação de carros, deliberadamente lançados a frente é suscetível de alcançar resultados apreciáveis;
- 5 — o rendimento do carro está ligado estreitamente à motorização das grandes e pequenas unidades, que o devem apoiar.

(Do estudo de um ataque com carros, realizado pelo Ten.-Cel. DJALMA DIAS RIBEIRO).